

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2015

Índice

1. Introdução
2. Avaliação geral do desempenho do ano
3. Avaliação do desempenho em relação a metas e actividades definidas no plano de trabalho
4. Avaliação do desempenho em relação aos Requisitos da ITIE
5. Visão geral das respostas do grupo composto pelas diversas partes envolvidas em relação às recomendações da reconciliação
6. Os pontos fortes ou fracos específicos identificados no processo da ITIE
7. Custo total da implementação
8. Comentários adicionais e partes interessadas envolvidas na elaboração do documento
9. Detalhes da associação do grupo composto pelas diversas partes envolvidas durante o período

1. Introdução

O presente documento, enquadra-se no processo de implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique, assente no Padrão da ITIE 2016, Critério 7.4. ,convista a reportar as actividades realizadas pelo Comité de Coordenação da ITIE Moçambique no ano de 2015.

Conforme o estabelecido no Requisito 7.4(a), o grupo composto pelas diversas partes envolvidas deve publicar relatórios de actividades anuais. A finalidade do relatório de actividades anuais é comunicar os esforços realizados para satisfazer e/ou manter a conformidade com os Requisitos da ITIE, incluindo o progresso no alcance dos objectivos definidos no plano de trabalho, bem como documentar o impacto da ITIE.

O Padrão da EITI (Requisito 8.4) estabelece também que “o relatório de actividades do ano anterior deve ser publicado até 1 de Julho do ano seguinte”. Por exemplo, o relatório de actividades de 2015 deve ser publicado até 1 de Julho de 2016. O Comité Director da ITIE irá estabelecer prazos adequados para os novos países candidatos da ITIE.

O Requisito 8.4 ainda estabelece que “se o relatório de actividades anuais não for publicado no prazo de seis meses a partir do fim do prazo, ou seja, até 31 de dezembro do ano seguinte, o país será suspenso até que o Comité Director da ITIE esteja satisfeito de que o relatório de actividades pendente foi publicado”.

Para a concretização do plasmado no plano de actividades para o período 2013 - 2015, que definiu como objectivo primário, promover e reforçar a boa governação através da transparência, prestação de contas, participação e exploração sustentável dos recursos extractivos, comunicando de forma, eficiente e eficaz os resultados, os benefícios e impacto da implementação da ITIE em Moçambique, fundamentalmente, disseminando sistematicamente os relatórios da ITIE, o comité de coordenação realizou diversas actividades assentes em três pilares de intervenção, a saber: i) implementação e sustentabilidade da Iniciativa; ii) capacitação, partilha e disseminação de informação; e iii) produção de relatórios.

2. Avaliação geral do desempenho do ano

Com a implementação da iniciativa, hoje, a sociedade civil ou cidadãos no geral de todo o País, têm acesso à informações consolidadas, reconciliadas e fiáveis sobre o sector extractivo, sobre as quais debates são criados e com mais confiança, voz e independência abrindo desta forma, espaço para opiniões e influência para reformas.

O relatório de actividades do exercício de 2014 evidencia claramente que os pilares i) implementação e sustentabilidade da iniciativa e iii) produção de relatórios foram cumpridos na integra, com excepção do pilar ii) capacitação, partilha e disseminação de informação cuja execução não superou os 51%.

Com o objectivo de superar o deficit no aspecto da disseminação, o comité de coordenação reunido em Namaacha (Maio de 2015) elaborou um plano de acção para o ano de 2015, que produziu resultados satisfatórios, a contar pela abrangência e níveis de cumprimento daquele plano.

No ano de 2015, o Comité de Coordenação preparou e aprovou um plano de trabalho para o periodo 2016 -2018. No mesmo ano destacam-se as seguintes actividades realizadas pelo colectivo:

- a) Com o apoio do programa das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD) realizou três seminários, nas provincias de Tete (3 de Dezembro), Nampula (24 de Novembro) e Cabo Delgado (27 de Novembro), com a missão de (1) contribuir para a massificação e disseminação da ITIE a diferentes interessados; (2) alargar a base do conhecimento, para que cada vez mais cidadãos possam participar no debate informados sobre transparência e prestação de contas na gestão de receitas provenientes da indústria extractiva e da coisa pública; (3) e formar multiplicadores para replicarem os designios da iniciativa e informação relevante sobre o sector de recursos minerais;
- b) Com recursos próprios (orçamento do Estado) divulgou durante o mês de Dezembro a ITIE nas sessões dos conselhos consultivos dos governos provinciais de Nampula, Tete e Zambézia;
- c) Recebeu uma delegação zambiana no âmbito da troca e partilha de experiências na implementação da iniciativa de 29 do mês de Junho até ao

dia 4 de Julho de 2015. A composição da delegação zambiana era como segue: (1) Amon Chisela, em representação do Ministério dos Recursos Minerais (Governo) no CC; (2) Leonardo Phiri, em representação do Sindicato de Trabalhadores Mineiros (Sociedade Civil); (3) Kaonga Mazaba, Secretário Geral da ITIE; e (4) Emmanuel Sibongo, gestor de contas do secretariado;

- d) Elaborou o sétimo relatório da ITIE, que compreendeu pela primeira vez em Moçambique dados relativos a dois anos fiscais – 2013 e 2014;
- e) Participou em Accra, Gana na reunião regional (anglofona e lusofona) dos coordenadores e oficiais de comunicação da ITIE. Com base nas lições aprendidas no encontro que decorrera em Addis Ababa, Etiopia em 2014, a reunião de Accra teve como propósito: (1) avaliar o progresso da implementação da ITIE nos países convidados; (2) discutir preocupações comuns e buscar soluções; (3) Fazer consultas aos participantes sobre o processo de Validação; (4) encontrar formas de reforçar a participação dos países implementadores no processo de gestão da ITIE (o comité director da ITIE); e partilhar experiências sobre o processo de comunicação e divulgação da ITIE a todos os níveis.
- f) Com o apoio do projecto de assistência técnica para gás e minas (MAGTAP) levou a cabo sessões de treinamento para o pessoal afecto ao secretariado, a saber: (1) secretario executivo – procurement, (2) oficial de comunicação e procurement – gestão de projectos e (3) Oficial de contabilidade – Inglês.
- g) A Kuwuka JDA em representação da sociedade civil no comité de coordenação realizou diversas acções de disseminação da ITIE, como por exemplo: produção e disseminação de programas de rádio e palestras nas universidades.
- h) Divulgou a ITIE na FACIM 2015;
- i) Procedeu ao lançamento público do sexto relatório;
- j) Participou em Inhassoro, Inhambane no mês Outubro de 2015, num debate subordinado ao tema “Desafios e oportunidades da Indústria Extrativa nos Distritos de Inhassoro e Govuro, evento este organizado pelo Programa de Governação de Recursos Minerais da GIZ/Cooperação Alemã.

3. Avaliação do desempenho em relação a metas e actividades definidas no plano de trabalho

Como consequência das limitações financeiras nem todas as actividades programadas para o pilar ii) capacitação, partilha e disseminação de informação do plano de trabalho do período 2013 – 2015 foram realizadas, tendo algumas sido recalendarizadas para 2015. Onde as actividades realizadas: treinamento de 20 formadores para replicar a ITIEM nas zonas mineiras e pelo País; workshops regionais com a sociedade civil, académicos, instituições governamentais e empresas; trocas de experiência entre o comité de coordenação com outros países implementadores, não atingiram nada mais que a cifra dos 51%¹ de execução da rubrica naquele plano.

Face às limitações apresentadas no parágrafo acima e com vista a completar ou incrementar o nível de execução do plano de trabalho 2013 – 2015, foi elaborado e aprovado o plano de acção que se segue:

	ACTIVIDADE	Orçamento (USD)	Financiador
1	FUNCIONAMENTO DO SECRETARIADO		
	Salários	144.000,00	OE/MDTF
	Comunicações	15.000,00	OE
	Combustíveis	15.000,00	OE
	Seguros	3.000,00	OE
	Viatura	50.000,00	MAGTAP
	Formação	30.000,00	MAGTAP
2	ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO		
	Retiro para preparação do plano de trabalho e relatório de actividades	5.000,00	GIZ
	Divulgação do plano de trabalho e relatório de actividades (brochuras)	10.000,00	MDTF
	Encontros de mobilização de financiamento	3.000,00	MAGTAP
3	DIVULGAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOBRE A ITIE		
	Lançamento público do 5º relatório da ITIE	8.500,00	GIZ
	Intervenção dos membros do CC nos midias	0,00	
	Réplicas da divulgação às partes interessadas	30.000,00	PNUD
	Capacitação aos Governos provinciais sobre a ITIE	15.806,00	OE
	Lançamento público do 6º relatório da ITIE	10.000,00	MAGTAP
	Participação na FACIM 2015	10.000,00	OE/MAGTAP
	Participação no INDABA 2016	20.000,00	MAGTAP
	Produção de brochuras do 5º relatório da ITIE	13.000,00	MDTF
	Produção de brochuras do 6º relatório da ITIE	16.000,00	MDTF
	Fortalecimento da capacidade da sociedade civil	200.000,00	MAGTAP
	Elaboração da versão popular dos relatórios da ITIE	30.000,00	CANADA

¹ Vide mapa de execução completo no relatório de actividades do ano de 2014

4	PRODUÇÃO DO 6º RELATÓRIO DA ITIE	132.000,00	MDTF
	TOTAL	760.306,00	

- a) A ITIE conta para o seu funcionamento com fundos disponibilizados pelo Governo através do Orçamento de Estado que cobre parte dos custos de funcionamento, nomeadamente: comunicações, combustíveis, deslocações e outros custos operacionais e por doadores através de um fundo comum (MDTF) administrado pelo Banco Mundial que cobre o pagamento de salários do secretariado, consultorias e grande parte de disseminação. Conta ainda com algum apoio de outros doadores como é o caso do Canada e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que tem financiado algumas actividades de disseminação (seminários e produção de material audio-visual).

Os salários do Secretariado da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva foram suportados de Março de 2014 a Dezembro de 2015 pela Fase III do Fundo Comum que teve o seu termino em Dezembro de 2015.

De modo a garantir a continuidade do financiamento externo foi criada uma nova componente pelo Banco Mundial para o apoio à Iniciativa, denominada IGPS (Programa de Apoio Global Integrado) que deverá assegurar para além de outras despesas, o pagamento integral dos salários do pessoal afecto ao ITIE durante o período 2016 – 2018.

- b) No fim do ano de 2015 termina o primeiro Plano de Trabalho preparado pelo Comité de Coordenação (CC) da Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa de Moçambique (ITIEM), que cobre o período 2013-2015. Desta feita, houve necessidade do CC da ITIEM, mais uma vez, juntar-se e desenhar os objectivos e actividades que guiarão a Iniciativa nos próximos três anos.

Este inovador Plano de Trabalho da ITIEM busca atender aos novos e desafiantes requisitos definidos no Padrão da ITIE, apresentando de forma clara para o público o que a Iniciativa pretende alcançar nos próximos 3 anos no País e como se pretende alcançar estes objectivos.

O Plano de Trabalho 2016-2018 aprovado pelo Comité de Coordenação no mês de Maio de 2015 e orçado em USD 1.627.000,00 (um milhão seiscentos e vinte e sete mil Dólares Americanos) será o principal instrumento orientador da Iniciativa nos próximos 3 anos em Moçambique. Este plano não é um instrumento rígido, principalmente no que tocam às

actividades, podendo e devendo ser avaliado e alterado pelo CC sempre que necessário, buscando otimizar o alcance dos objectivos definidos. Recomenda-se que a revisão do Plano de Trabalho seja feita, pelo menos, uma vez por ano, mas a monitoria da sua implementação deve ser constante.

O processo da elaboração do Plano de Trabalho foi acompanhado por uma plena consulta entre os membros do CC da ITIEM e seus pares, garantindo, assim, que fosse definido um plano, não somente exequível, mas também desafiador, buscando garantir que a ITIEM dê, ao longo dos próximos três anos, contributos concretos para o desenvolvimento e a consolidação da boa governação no sector de recursos minerais de Moçambique.

O Plano de Trabalho da ITIEM – 2016-2018, após extensa consulta entre as partes envolvidas na Iniciativa em Moçambique, foram definidos 6 objectivos a serem alcançados pela ITIEM nos próximos 3 anos:

- I. Garantir o acesso à informação, com vista a uma participação pública efectiva e informada no debate público sobre governação dos recursos extractivos.
- II. Melhorar os mecanismos de prestação de contas de empresas públicas e privadas do sector extractivo.
- III. Clarificar e difundir os mecanismos de alocação de receitas para o desenvolvimento das comunidades afectadas.
- IV. Fortalecer o papel e intervenção do Comité de Coordenação da ITIEM na monitoria e acesso à informação, com vista à participação pública efectiva na boa governação da indústria extractiva.
- V. Melhorar a transparência no processo de concessão de licenças.
- VI. Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios no sector extractivo.

A formulação dos objectivos acima apresentados resultou de um processo de análise do estágio da implementação da iniciativa e sua contribuição para a melhoria da Governação do sector extractivo, hoje, tendo concluído que há necessidade da ITIEM, na condição de único fórum oficial multisectorial em Moçambique, expandir o seu mandato e foco de actuação, visando atender a uma crescente demanda por cada vez maior transparência no sector de recursos minerais.

Nesta autoavaliação, o CC concluiu, igualmente, que a Iniciativa evoluiu

bastante nos últimos anos, mas que terá chegado o momento de abordar novas temáticas, para além da publicação e disseminação de relatórios de ITIE, e elevar o papel da Iniciativa como actor chave na governação dos recursos minerais em Moçambique.

Os Objectivos do Plano de Trabalho da ITIEM foram desenhados na perspectiva de responderem à questão: o que a Iniciativa pretende alcançar nos próximos 3 anos? Assim, foram traçadas uma série de actividades concretas a serem realizadas no mesmo período. Visando facilitar a visualização do Plano de Trabalho, as actividades de cada Objectivo foram agrupados por temas.

Algumas actividades estão interrelacionadas, apesar de responderem a objectivos diferentes, o que permitirá reduzir os custos e aumentar a eficiência da sua implementação, sobretudo num contexto em que o orçamento é restrito e se pretende tornar a Iniciativa mais sustentável no País.

O plano foi apresentado aos parceiros de cooperação no mês de Julho e como resultado foi garantido um apoio de cerca de USD 1.000.000,00 (um milhão de Dólares Americanos) para cobrir essencialmente o funcionamento e produção de relatórios para os próximos três anos, pelo Banco Mundial através do programa IGPS que em português significa Programa Global de Apoio Integrado. E pela projecção da contribuição efectuada pelo Governo de Moçambique através do Orçamento de Estado que totaliza um pouco mais de USD 200.000,00 (duzentos mil Dólares Americanos) que vão suportar também alguns custos operacionais. Ainda foram garantidos financeiramente pelo projecto MAGTAP os projectos para a Institucionalização da ITIE e do e-report, na ordem dos 200.000,00 (duzentos mil Dólares Americanos).

Prevalece o deficit na soma de 227.000,00 (Duzentos e vinte e sete mil Dólares Americanos).

Foram produzidas brochuras com vista a facilitar a disseminação do documento bem como servir de referência nas reuniões de busca de financiamento.

- c) Nos meses de Novembro e Dezembro de 2015 nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Tete respectivamente, o CC realizou seminários de divulgação da iniciativa destinado aos membros do Governo, organizações da sociedade Civil e empresas. Estes seminários foram apoiados pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento através do projecto

de Desenvolvimento Sustentável da Indústria Extractiva que tem como beneficiário o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME).

Estes seminários tinham como objectivo contribuir para a massificação e disseminação da ITIE a diferentes interessados permitindo assim alargar a base do conhecimento, para que cada vez mais cidadãos possam participar no debate informados sobre transparência e prestação de contas na gestão de receitas provenientes da indústria extractiva e da coisa pública. Outro objectivo era de formar multiplicadores para replicarem os designios da iniciativa e informação relevante sobre o sector de recursos minerais.

Os seminários contaram em media com 80 participantes em cada uma das províncias abrangidas. E no caso de Cabo Delgado com a presença de todos administradores distritais. As apresentações, quer dos representantes do Governo provincial quer do CC e ainda da sociedade civil e das empresas, foram acompanhadas de grande discussão e sugestões em torno do processo de ITIE e da necessidade de divulgação de mais informação sobre os relatórios ITIE e sobre o sector de recursos extractivos. Ficou também a recomendação para o Governo e a ITIE trabalharem mais na disseminação de boas práticas a um nível sub nacional, sendo que os representantes da ITIE comprometeram-se a interagir mais com os órgãos provinciais por forma a trocar sinergias e propostas de acções concretas para melhorar os processos de gestão dos recursos extractivos.

Ainda no mês de Dezembro de 2015 tiveram lugar actividades de divulgação da ITIE nas sessões dos Conselhos Consultivos dos Governos das províncias de Nampula, Tete e Zambézia.

Para cada uma das províncias fizeram-se deslocar dois representantes da ITIE que puderam fazer uma pequena apresentação em torno do estágio da implementação da ITIE, resultados do 6º Relatório da ITIE e ainda falar dos ganhos e desafios da ITIE em Moçambique.

No final os participantes mostraram-se bastante satisfeitos com a informação do relatório e sobre o foco da ITIE, tendo enfatizado a necessidade de replicar este tipo de capacitações ao nível da base e das comunidades onde ocorre a actividade de exploração dos recursos extractivos, como uma das formas de alargar o debate sobre a gestão racional dos recursos e participação no diálogo para a solução dos problemas resultantes da exploração desses recursos.

d) No âmbito da implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria

Extractiva em Moçambique, o Comité de Coordenação produziu o 6º Relatório da ITIE. Este relatório contém informação sobre a indústria extractiva e os pagamentos efectuados pelas empresas do sector de mineração, petróleo e gás, assim como as receitas colectadas pelas agências do Governo no período que vai desde: 01 Janeiro de 2013 a 31 Dezembro de 2013 e 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

O relatório foi publicado dentro do prazo (até o dia 31 de Dezembro), todavia devido a existência de algumas discrepâncias identificadas entre os valores reportados de ambas partes, o documento final poderia sofrer ainda ligeiras alterações em função da explicação ou saneamento daquelas diferenças ou ainda por força de alguma outra situação de relevo até antes do dia do lançamento público do relatório no ano de 2016.

Embora os trabalhos preparativos tenham iniciado no ano de 2015, as actividades,:(i) lançamento público do 6º relatório da ITIE, (ii) participação no mining indaba 2016 e (iii) Fortalecimento da capacidade da sociedade civil, serão concluídas no ano de 2016.

4. Avaliação do desempenho em relação aos Requisitos da ITIE

O Governo da República de Moçambique assumiu o compromisso de implementar a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) em Maio de 2009, sendo que em Outubro de 2012, depois de avaliado, é considerado País Cumpridor. O próximo processo de avaliação do País vai acontecer a partir de Janeiro de 2017.

Para a implementação dos princípios e critérios da ITIE foi criado em Moçambique um Comité de Coordenação dirigido pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia. A composição deste comité obedece a uma configuração tripartida que inclui Governo, empresas do sector extractivo e sociedade civil.

O Comité de Coordenação (CC) da ITIE em Moçambique aprovou em Julho de 2014 novos Termos de Referência (TdR) para o CC onde os membros são nomeados para um mandato de dois anos, portanto até Julho de 2016.

A composição do Comité abedece a seguinte configuração:

a) Membros Efectivos

Nome	Sector que Representa	Instituição
S Excia Pedro Couto	Público	Ministério dos Recursos Minerais e Energia (Ministro)
GOVERNO		
1. Custódio Nguetana	Público	Ministério dos Recursos Minerais (Coordenador da Iniciativa)
2. Isabel Sumar	Publico	Ministério das Finanças
3. Fausto Mafambissa	Público	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
4. Vilela de Sousa	Público	Ministério para Coordenação da Acção Ambiental
EMPRESAS		
5. Hilenio Truzão	Mineiro	Vale Moçambique (representa a AMDCM²)
6. Gert Klok	Mineiro	Grafite Kropfmuehl (representa a Câmara de Minas - CM)
7. Vânia Moreira/Maria João Honguana	Petrolífero	Anadarko (representa a AMOPI³)
8. Xiluva Matavele/Barry Promise Nwibani	Petrolífero	ENI (representa a AMOPI⁴)
SOCIEDADE CIVIL		
9. Fatima Mimbire	Investigação	Centro de Integridade Pública (representa a Plataforma dos Recursos Naturais e

² Associação Moçambicana para o Desenvolvimento do Carvão Mineral

³ Associação Moçambicana de Operadores Petrolíferos Internacionais

⁴ Associação Moçambicana de Operadores Petrolíferos Internacionais

		Indústria Extractiva)
10. Camilo Nhancale	Investigação	Kuwuka JDA (representa a Plataforma dos Recursos Naturais e Indústria Extractiva)
11. Alda Salomão	Investigação	Centro Terra Viva (representa a Plataforma dos Recursos Naturais e Indústria Extractiva)
12. Fernando Menete	Investigação	Ruth Rede Uthende (representa a Plataforma dos Recursos Naturais e Indústria Extractiva)
OBSERVADORES		
13. Mário de Deus	Academico	Associação Geologica Mineira de Moçambique (AMDCM)
14 Eduardo Constantino	Jornalista	Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ)

b) Membros Alternativos

Nome	Sector que Representa	Instituição
GOVERNO		
1. Luis Mahoque	Público	Ministério dos Recursos Minerais
2. Ângelo Nhalidede	Publico	Ministério das Finanças
3. Finório Castigo	Público	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
4. João Cipriano	Público	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
EMPRESAS		
5. Edson Gordandas	Mineiro	Vale Moçambique (AMDCM)
6. Gareth Clifton (alternativo de Gert Klok)	Mineiro	Kenmare Moma Mining (CM)
7. Katia Buzi	Petrolífero	Sasol Petroleum Temane (AMOPI)
8. Leonardo Nhavoto/Lourenço Manganhela	Petrolífero	Stateoil (AMOPI)
SOCIEDADE CIVIL		
9. Borges Nhamire	Investigação	Centro de Integridade Pública
10. Gilda Homo	Investigação	Kuwuka JDA
11. Issufo Tankar	Investigação	Centro Terra Viva
12. Milissão Nuvunga	Investigação	Ruth Rede Uthende
OBSERVADORES		
13. Estevão Sumburane	Academico	Associação Geologica Mineira de Moçambique
14. Anabela Massinga	Jornalista	Jornal Notícias (SNJ)

O último relatório da ITIE publicado por Moçambique teve como base os dados dos exercícios de 2013 e 2014. Portanto a obrigatoriedade de publicação de relatórios, ou seja, os dados referente ao exercício de 2015 podem ser divulgados até 31 de Dezembro de 2017.

A tabela seguinte, procura fornecer uma avaliação dos progressos no alcance e/ou manutenção da conformidade dos relatórios da ITIEM com cada um dos Requisitos da ITIE.

Requisitos da ITIE	Nível de cumprimento no 6º Relatório da ITIEM
<p><u>Requisito 3.2</u> O Relatório da EITI deve descrever o arcabouço legal e o regime tributário que regem a indústria extrativa.</p>	<p>O 6º Relatório descreve o quadro legal e regulatório do sector, incluindo um resumo descritivo das políticas em fase de aprovação e as reformas que vão ocorrendo do ponto de vista legal no sector.</p>
<p><u>Requisito 3.3</u> O Relatório da EITI deve oferecer uma visão geral das indústrias extrativas, incluindo quaisquer atividades de exploração significativas.</p>	<p>O 6º Relatório apresenta uma visão geral sobre a indústria extractiva, destacando e caracterizando os principais projectos na área mineira e de hidrocarbonetos, as principais actividades, marcos históricos que caracterizaram o sector nos últimos 10 anos.</p>
<p><u>Requisito 3.4</u> O Relatório da EITI deve divulgar, quando disponíveis, informações sobre a contribuição da indústria extrativa à economia para o ano fiscal contemplado pelo Relatório da EITI.</p>	<p>O 6º Relatório, na caracterização do sector, inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Contribuição da indústria extrativa no PIB, incluindo uma caracterização das atividades do sector, as principais reservas, a cadeia de valor do sector, as rondas de licitação; b) As receitas totais do governo geradas pelas indústrias extrativas nos anos de 2013 e 2014 (incluindo impostos, royalties, bônus, taxas e outros pagamentos); c) Dados de produção, consumo e exportação; d) Número de empregos gerados pelas empresas que operam na indústria extrativa; e) Áreas/regiões importantes onde a produção está concentrada incluindo a contribuição dos megaprojetos.
<p><u>Requisito 3.5</u> O Relatório da EITI deve divulgar os dados de</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Dados de produção, consumo e exportações incluindo os volumes de produção total e o valor de

Requisitos da ITIE	Nível de cumprimento no 6º Relatório da ITIEM
<p>produção para o ano fiscal contemplado pelo Relatório da EITI</p>	<p>produção por commodity.</p>
<p><u>Requisito 3.6</u> O Relatório da EITI deve incluir a participação do estado na indústria extrativa</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) Uma explicação da relação entre o governo e empresas públicas e/ou participadas pelo Estado, nomeadamente, o IGEPE, INP, AT, ENH, EMEM, CMG, CMH dentre outras.</p> <p>b) Detalhes dos gastos do INP provenientes das Contribuições para Fundo de Projectos Sociais e Contribuição para o Fundo de Capacitação;</p> <p>c) Detalhes sobre o grau de propriedade beneficiária das em empresas ou projectos que operam no sector.</p>
<p><u>Requisito 3.7</u> O Relatório da EITI deve descrever a distribuição de receitas provenientes da indústria extrativa.</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) O total das receitas provenientes da indústria extrativa, em numerário e espécie, arrecadadas pelo Estado nos anos de 2013 e 2014 e o fluxo de receitas que permite compreender o processo de registo no orçamento.</p>
<p><u>Requisito 3.8</u> O grupo composto pelas diversas partes envolvidas deve incluir mais informações sobre a gestão de receitas e gastos no Relatório da EITI</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) Uma descrição dos valores correspondentes a 2.75% do Imposto sobre a Produção que foram alocados a programas ou regiões geográficas específicas onde os projectos se encontram a desenvolver;</p> <p>b) Uma descrição do processo de auditoria as instituições do Estado e gestão das receitas da indústria extractiva.</p>
<p><u>Requisito 3.9</u> Registro de licenças</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) O processo de licenciamento, registo e alocação de licenças, assim como o processo sobre as rondas de licitação que norteiam a atribuição dos contratos de concessão.</p>

Requisitos da ITIE	Nível de cumprimento no 6º Relatório da ITIEM
<p><u>Requisito 3.10</u> Alocação de licenças</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) O processo de alocação de licenças e EPCCs incluindo os respectivos detentores.</p>
<p><u>Requisito 3.11</u> Propriedade beneficiária</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) Dados sobre os proprietários beneficiários das entidades corporativas que participam de licitação, operam ou investem em ativos extrativos, incluindo as identidades de seus proprietários beneficiários e o grau dessa propriedade.</p>
<p><u>Requisito 3.12</u> Contratos</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) A síntese de todos contratos publicados na página do MIREME tanto para a área mineira assim como de hidrocarbonetos, incluindo a respectiva área de concessão.</p> <p>No entanto, a lista apresentada no relatório não contempla todos os contratos assinados, dado alguns ainda não foram publicados.</p>
<p><u>Requisito 4.1</u> Impostos e receitas a serem contemplados no Relatório da EITI.</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) Os impostos, taxas e contribuições com nível de materialidade definidas pelo Comité de Coordenação;</p> <p>b) O fluxo das receitas do Estado;</p> <p>c) O fluxo do <i>royaltie</i> gás incluindo as entidades envolvidas e as receitas arrecadas pela sua venda;</p> <p>d) O relatório faz menção a provisão de infraestrutura e operações de troca.</p>
<p><u>Requisito 4.2</u> Definição de quais empresas e entidades governamentais devem fornecer relatório</p>	<p>O 6º Relatório apresenta:</p> <p>a) As instituições do Estado responsáveis pela colecta dos impostos, taxas e contribuições;</p> <p>b) Apresenta os dados da reconciliação entre os recebimentos confirmados pelo Estado e os pagamentos efectuados pelas empresas do sector nos anos de 2013 e 2014.</p>

5. Visão geral das respostas do grupo composto pelas diversas partes envolvidas em relação às recomendações da reconciliação

Moçambique aderiu formalmente a ITIE em Maio de 2009. A adesão do país surgiu como forma de aprimorar os vários instrumentos internos já existentes de promoção de boa governação incluindo a transparência e a prevenção da corrupção e ainda, garantir que os pagamentos e recebimentos do Estado provenientes da indústria extractiva fossem publicados regularmente.

Este processo originou a produção e publicação de seis Relatórios da ITIEM sobre pagamentos e recebimentos provenientes da indústria extractiva bem como sobre a análise contextual do sector, sendo o primeiro referente ao exercício económico de 2008, o segundo de 2009, o terceiro ao ano de 2010, o quarto ao exercício de 2011, o quinto ao exercício de 2012 e o sexto aos exercícios de 2013 e 2014. Cada um destes relatórios apresentou uma componente relativa as recomendações do Administrador Independente as quais tiveram o seguimento indicado na tabela que se segue.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
Actualização do Sistema de Controlo de Cobranças do Ministério das Finanças de modo a permitir que a informação obtida por parte desta instituição represente a totalidade dos pagamentos efectuados pelos projectos, de modo a que o critério de selecção das empresas com base nas confirmações do Estado não seja colocado em causa e o processo de reconciliação seja eficiente. Um dos riscos associados é a possibilidade de exclusão de projectos que possam ter efectivamente contribuído com valores significativos para as receitas do Estado, com base em dados incompletos.	5º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. Está em curso o processo de centralização do sistema de cobranças de todas Áreas Fiscais existentes no País. É um risco a incorrer até a centralização daquele sistema ou alternativamente deverão ser enviados <i>templates</i> para todas empresas do sector (o que seria quase impossível dado o factor tempo).

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
Informatização das fichas dos projectos da área mineira, arquivados no Instituto Nacional de Minas. Parte dos dados das empresas do sector encontram-se ainda em fichas físicas e manuscritas o que dificulta o acesso a informação.	5º Relatório	MIREME (INM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. O Comité de Coordenação está a coordenar com a INM.
Verifica-se que os dados dos projectos inscritos no Cadastro Mineiro são por vezes incompletos ou desactualizados, o que entre outras situações pode levar a impossibilidade de acesso a determinado projecto. Recomenda-se portanto que o Cadastro Mineiro detenha toda a informação relevante sobre os projectos licenciados devidamente actualizada, inclusive o NUIT, endereço e contactos dos projectos e dos seus representantes, o que não ocorre actualmente.	5º Relatório	MIREME (INM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria INM.
Actualização da base de dados da DGI de modo a que contenha os últimos dados sobre endereço e contactos dos projectos.	5º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e actualizada pela equipa multi-sectorial MEF/MIREME.
As instituições do Estado, incluindo o Cadastro Mineiro e a DGI, devem assegurar que os dados dos projectos, incluindo o nome da entidade, é uniformizado de modo a possibilitar o cruzamento de informação.	5º Relatório	MEF/MIREME (AT/INM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. O Comité de Coordenação está a coordenar com a INM.
As entidades competentes	5º Relatório		Em seguimento.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
<p>deveriam trabalhar de forma coordenada para assegurar a divulgação de informação referente ao registo anual global de emprego e por sector de actividade, de modo a suprir o défice de informação existente no país.</p>			
<p>As entidades competentes e as empresas a operar na indústria extractiva deveriam elaborar os seus mapas de reporte de dados de produção de modo a minimizar a possibilidade de ocorrência de falhas que possam culminar em diferenças entre a informação confirmada pelo Estado e a informação reportada pelos projectos a operar no sector, como ocorreu na elaboração do presente relatório.</p>	5º Relatório	MIREME (INM)/ Empresas	Cumprido. O Comité de Coordenação está a coordenar com a DPD (MIREME).
<p>Recomenda-se a institucionalização da obrigatoriedade de reporte no âmbito da ITIEM por parte dos projectos a operar na indústria extractiva.</p>	5º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. O Comité de Coordenação sugeriu ao MIREME a inclusão da obrigatoriedade no Regulamento da nova Lei de Minas.
<p>Ajustamento dos períodos a que respeitam os relatórios da ITIEM, de modo a que o mesmo refira-se ao ano anterior ao da sua elaboração.</p>	5º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Será reduzido o período de reporte a partir do sexto relatório.
<p>O programa usado pelo Ministério de Economia e Finanças deveria permitir recolher a informação completa e correcta, referente aos pagamentos efectuados pelas</p>	4º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. Está em curso o processo de centralização do sistema de cobranças de todas Áreas Fiscais existentes no País.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
empresas, porque o sistema de controlo de cobranças é descentralizado, pelo que se recomenda que o Ministério de Economia e Finanças implemente um programa que permita a centralização da informação relativa às cobranças efectuadas.			
É necessária a actualização regular da base de dados do MIREME e da DGI, que deverá ser extensiva a lista de contactos das empresas e dos seus representantes.	4º Relatório	MEF/MIREME (AT/INM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria INM.
O Relatório de Reconciliação devia ser relativo ao ano anterior para que se evite constrangimentos de dificuldades associadas ao difícil acesso a arquivos de exercícios passados das empresas da indústria extractiva. Essa dificuldade verificou-se em empresas com elevado número de transações ao longo do ano.	4º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Será reduzido o período de reporte a partir do sexto relatório.
A Autoridade Tributária deveria efectuar exercícios de reconciliação entre os recebimentos contabilizados pelo Estado e os pagamentos efectuados pelas empresas, por forma a identificar em tempo útil situações de irregularidade e por via desse efectuar a regularização.	4º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. O Comité de Coordenação recomendou esta prática à AT.
Actualização regular da base	3º Relatório	MEF/MIREME	Cumprido. Informação disponível no Flexi

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
<p>de dados das empresas da área mineira e de hidrocarbonetos. É fulcral que o MIREME e a DGI tenham contactos e endereços das empresas e/ou seus representantes para que a fase de submissão das fichas de recolha de informação ("Reporting Templates"), seja abreviada.</p> <p>- Parte desta situação pode estar associada ao facto de a grande maioria de empresas estar ainda na fase de prospecção e pesquisa e não ter suporte administrativo próprio. São representadas por consultores e advogados que nem sempre têm informação financeira necessária.</p>		(AT/INM - Cadastro Mineiro)	<p>Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria INM.</p>
<p>A DGI deve assegurar que os pagamentos de impostos sejam sempre efectuados em nome da empresa, não permitindo que o sejam em nome de instituições do Estado (MIREME, MITADER ou outras). A par disso, deve ter em consideração, aquando da recolha de informação, que parte das empresas podem pagar impostos, nomeadamente, Imposto sobre a Superfície em Áreas Fiscais diferentes.</p> <p>- Dado que o sistema de controlo de cobrança de receitas da DGI é</p>	3º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridad e Tributária)	<p>Cumprido. Foram instruídas as Direcções Provinciais dos Recursos Minerais e Energia. Adicionalmente está em curso o processo de centralização do sistema de cobranças de todas Áreas Fiscais existentes no País.</p>

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
<p>descentralizado e, por conseguinte, nem sempre é possível obter informação completa em tempo real, é preciso que se dote as diversas Áreas Fiscais de instrumentos que permitam identificar pagamentos de contribuintes de outras áreas.</p>			
<p>O processo de selecção não se deve cingir somente à informação centralmente fornecida pela DGI, sendo necessário que a mesma informação seja confirmada pelas diferentes áreas fiscais. Isto resulta do facto de a informação respeitante às receitas constantes da base de dados central apresentar alguma divergência da que é fornecida pelas áreas fiscais.</p> <p>- Para que este exercício possa ser realizado de modo tempestivo, é necessário que o exercício de reconciliação seja iniciado com maior antecedência já que a informação deverá ser recolhida pelas diversas áreas fiscais que, é sabido, não estão ligadas em rede ou, se o estão, não sempre fornecem informações em tempo real.</p>	3º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Considerado pelo Comité de Coordenação e em implementação pela AT.
<p>A reconciliação dos pagamentos deverá ser efectuada relativamente ao ano anterior de modo a evitar constrangimentos associados</p>	3º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Será reduzido o período de reporte a partir do sexto relatório.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
<p>ao difícil acesso de arquivos de exercícios passados, que se verificam, em particular, nas empresas que têm imensos registos.</p>			
<p>À medida que o número de empresas for crescendo e as receitas específicas da actividade extractiva forem aumentando, é de se considerar que o “inquérito” comece a dedicar atenção aos pagamentos que as empresas fazem como sujeitos passivos e, não como substitutos tributários.</p>	3º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Considerado pelo Comité de Coordenação.
<p>O envio de comprovativos de pagamento e de recebimento, constituiu um método de validação de grande valia e que, em nossa opinião deve ser seguido em futuros trabalhos, uma vez que entendemos que não se pode impor ónus acrescido às empresas ao se exigir que forneçam a informação validada/certificada por auditores independentes.</p>	3º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Comité de Coordenação decidiu exigir os suportes documentais dos pagamentos e recebimentos reportados.
<p>Actualização regular da base de dados das empresas da área mineira e de hidrocarbonetos. É fulcral que o MIREM e a DGI tenham contactos e endereços das empresas para que a fase de submissão dos “inquéritos” seja abreviada.</p> <p>- Parte desta situação pode estar associada ao facto</p>	2º Relatório	MEF/MIREME (AT/DNM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria INM.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
<p>de a grande maioria de empresas estar ainda na fase de prospecção e pesquisa e não ter suporte administrativo próprio. São representadas por consultores e advogados que nem sempre têm informação financeira necessária.</p>			
<p>As empresas deverão enviar juntamente com os “inquéritos”, os documentos de suporte para permitir rápida verificação da informação que apresente diferenças. Estamos cientes que este exercício poderá representar encargos administrativos para as empresas mais é uma forma de validar a informação em tempo oportuno.</p>	2º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Comité de Coordenação decidiu exigir os suportes documentais dos pagamentos e recebimentos reportados.
<p>A DGI deve assegurar que os pagamentos de impostos sejam sempre efectuados em nome da empresa, não permitindo que o sejam em nome do MIREM. A par disso, deve ter em consideração, aquando da recolha de informação, que parte das empresas podem pagar impostos, nomeadamente, Imposto sobre a Superfície em Áreas Fiscais diferentes.</p>	2º Relatório	MEF (Autoridade Tributária)	Cumprido. Foram instruídas as Direcções Provinciais dos Recursos Minerais.
<p>Ao efectuar o cadastro dos contribuintes no momento em que entregam a declaração de início de actividades a DGI deverá proceder ao correcto enquadramento estatístico de</p>	2º Relatório	MEF (Autoridade Tributária))	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
modo a que as empresas sejam registadas de acordo com a sua área de actividades.			
<p>À medida que o número de empresas for crescendo e as receitas específicas da actividade extractiva for aumentando, é de considerar que o “inquérito” não considere os impostos e taxas que não incidam directamente sobre a empresa, nomeadamente, o IRPS e o IRPC – retenção na fonte, porque, nestes casos, a empresa age na qualidade de substituta tributária.</p> <p>A par disso e, com relação à questão de contas auditadas, julgamos pertinente analisar-se mecanismos alternativos que sejam dispendiosos e não imponham ónus acrescido às empresas que, recorde-se participam nos inquéritos voluntariamente.</p>	2º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Anotado e o Comité de Coordenação decidiu alternativamente em exigir os suportes documentais dos pagamentos e recebimentos reportados.
<p>AVALIAÇÃO DE MINERAIS - Para garantir a transparência na avaliação de minerais é prudente que a questão da restrição ou cobertura seja tomada em consideração na íntegra.</p>	1º Relatório	MIREME (INM)	Cumprido. Foi revista a legislação.
<p>DETERMINAÇÃO DA QUALIDADE DE MINERAIS - Dado que a avaliação de minerais é afectada pela sua qualidade o MIREM/INM e o MEF deviam assegurar a existência de mecanismos de confirmação da qualidade fornecida pelas minas. Isto pode ser feito através da verificação independente</p>	1º Relatório	MIREME (INM)	Cumprido. Foi revista a legislação.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
usando a amostragem aleatória.			
<p>DETERMINAÇÃO DOS CUSTOS DE OPERAÇÃO - Será necessário que o MF e o MIREM realizem estudos para estabelecer parâmetros das actividades extractivas. Isto vai ajudar as autoridades tributárias na determinação da adequação de custo e também melhorar a transparência.</p>	1º Relatório	MEF/MIREME (AT/DPD e INM)	Cumprido. Criada uma equipa multi-sectorial MEF/MIREME
<p>PERMISSÃO DE CAPITAIS/DEPRECIAÇÃO - Para assegurar a transparência, o regime de permissão de capital devia ser especificado na lei e aplicado de uma forma geral.</p>	1º Relatório	MEF (Autoridad e Tributária)	Cumprido. Foi revista a legislação.
<p>COLABORAÇÃO INTERSECTORIAL - A DNM e a AT não colaboram no que diz respeito à transferência de concessões.</p> <p>Algumas licenças com grandes dimensões podem ser levadas à atenção da AT, mas não há uma provisão sistemática de informação à AT sobre a mudança da titularidade das concessões A AT devia receber informações pelo menos numa base trimestral sobre quaisquer mudanças na titularidade das licenças</p>	1º Relatório	MIREME (INM)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e criada uma equipa multi-sectorial MEF/MIREME
<p>IMPOSTO DE GANHOS CAPITAIS - De forma a melhorar os tipos de rendimentos do sector extractivo, o imposto de ganhos capitais sobre a transferência de licenças deve ser tomada</p>	1º Relatório	MEF (Autoridad e Tributária)	Cumprido. A AT já tributa as mais-valias.

Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
em consideração.			
<p>RECOLHA DE DADOS E PUBLICAÇÃO - A publicação anual de informação dos titulares de licenças mineiras, do pagamento do imposto sobre a produção, titularidade ou partilha de acções das companhias facilitaria o acesso à informação e permitiria transparência.</p> <p>A longo termo isso vai ajudar na mobilização de rendimentos.</p>	1º Relatório	MIREME (INM)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro.

6. Os pontos fortes ou fracos específicos identificados no processo da ITIE

O programa GIZ – Cooperação Alemã está a desenvolver um estudo para avaliar os resultados, eficácia e impacto da ITIE em dois países implementadores, nomeadamente: Moçambique e a República Democrática do Congo. Duas equipas de consultores independentes foram contratadas pela GIZ para trabalhar com cada um dos países.

Para o caso de Moçambique foram designadas duas consultoras nomeadamente Tove Strauss e Hilda Harnack que desde o mês de Março passado conduziram entrevistas com membros do Governo, deputados, membros do Comité de Coordenação em exercício e cessantes, membros de organizações da sociedade civil, de associações de empresas ligadas ao sector extractivo e parceiros de cooperação.

Esta acção vem reforçar o cumprimento do critério 7 do novo Padrão, à medida em que actividades concretas para medir o nível de impacto da implementação da iniciativa são levadas a cabo. Neste sentido, foram apontados e detalhados em resultado do referido estudo os pontos fortes e fracos no processo da ITIE em Moçambique (documento em anexo⁵).

⁵ Documento apresentado em língua inglesa

7. Custo total da implementação

No ano de 2015, a ITIE foi financiada pelo Governo através do Orçamento de Estado que cobre parte dos custos de funcionamento, nomeadamente: comunicações, combustíveis, deslocações e outros custos operacionais e por doadores através de um fundo comum (MDTF) administrado pelo Banco Mundial que cobre o pagamento de salários do secretariado, consultorias e grande parte de disseminação. Contou ainda com algum apoio de outros parceiros de cooperação, como é o caso, do Canada (em cerca de 15 mil dólares americanos), do programa das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD) que tem financiado algumas actividades de disseminação (seminários e produção de material audio-visual, avaliados em cerca de 30 mil dólares americanos) e do programa de governação de recursos minerais da GIZ/cooperação alemã (no valor estimado de 15 mil dólares americanos).

Ainda para o funcionamento, a ITIE partilha os escritórios e outros custos operacionais, (tais como material de limpeza, de higiene e de escritórios, etc.) com o projecto MAGTAP.

a) Orçamento do Estado (em meticais)

	Orçamento 100%	Orçamento 90%	Valor Gasto	Saldo
Despesas com o Pessoal				
Vencimento Base do Pessoal Fora do Quadro	600.000,00	540.000,00	592.873,00	-52.873,00
Ajudas de Custo no País	70.000,00	63.000,00	63.000,00	0,00
Ajudas de Custo Fora do País	50.000,00	45.000,00	26.250,00	18.750,00
Total I	720.000,00	648.000,00	682.123,00	-34.123,00
Bens				
Combustíveis e Lubrificantes	420.000,00	378.000,00	378.000,00	0,00
Manutenção e Reparação de Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Material Não Duradouro de Escritório	220.000,00	198.000,00	198.000,00	0,00
Material Duradouro de Escritório	0,00	0,00	0,00	0,00
Géneros Alimentícios	200.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00
Material de Higiene e Limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo Para Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Material Para Conservação de Rede e Electrificação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Duradouros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total II	840.000,00	756.000,00	756.000,00	0,00
Serviços				
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens Dentro do País	70.000,00	63.000,00	63.000,00	0,00
Passagens Fora do País	150.000,00	135.000,00	135.000,00	0,00
Manutenção e Reparação de Veículos	80.000,00	72.000,00	72.000,00	0,00
Seguros	70.000,00	63.000,00	55.000,00	8.000,00
Outros	70.000,00	63.000,00	63.000,00	0,00
Total III	440.000,00	396.000,00	388.000,00	8.000,00
Total (I+II+III)	2.000.000,00	1.800.000,00	1.826.123,00	-26.123,00

b) Banco Mundial (MDTF em dólares americanos)

	Budget	2014	2015	2016	Total	Saldo
GOODS	85.850,00	48.833,80	21.576,72	14.050,26	84.460,78	1.389,22
Conseption of Communication suports (Production of Brochures from 4th EITI Report)	15.000,00	14.917,50	0,00	0,00	14.917,50	82,50
Conseption of Communication suports (Production of Brochures from 2 EITI Report)	10.250,00	10.242,30	0,00	0,00	10.242,30	7,70
Outreach materials (tshirts, caps, pens, banners, posters, pins, folders etc)	25.000,00	23.674,00	0,00	0,00	23.674,00	1.326,00
Conseption of Communication suports (Production of Brochures from 5th EITI Report)	12.400,00	0,00	12.379,06	0,00	12.379,06	20,94
Conseption of Communication suports (Production of Brochures from WP and Activity Report)	9.200,00	0,00	9.197,66	0,00	9.197,66	2,34
Conseption of Communication suports (Production of Brochures from 6th EITI Report)	14.000,00	0,00	0,00	14.050,26	14.050,26	-50,26
NON-CONSULTING SERVICES	9.000,00	8.694,45	914,06	0,00	9.608,51	-608,51
Webpage maintenance	7.000,00	6.927,63	914,06	0,00	7.841,69	-841,69
5th EITI Report tender publication on newspaper	2.000,00	1.766,82	0,00	0,00	1.766,82	233,18
CONSULTING SERVICES	319.400,00	139.348,17	164.629,53	5.850,00	309.827,70	9.572,30
Consulting Services to produce 4th EITI Report	61.000,00	60.699,60	0,00	0,00	60.699,60	300,40
Consulting Services to produce 5th EITI Report	112.400,00	78.648,57	33.706,53	0,00	112.355,10	44,90
Consulting Services to produce 6th EITI Report	131.000,00	0,00	130.923,00	0,00	130.923,00	77,00
Financial audit	15.000,00	0,00	0,00	5.850,00	5.850,00	9.150,00
CONSULTING SERVICES FOR SALARIES	193.000,00	94.973,65	95.073,21	0,00	190.046,86	2.953,14
EITI Secretariat Staff	193.000,00	94.973,65	95.073,21	0,00	190.046,86	2.953,14
CAPACITY BUILDING	42.750,00	43.082,34	0,00	0,00	43.082,34	-332,34
MSG Study Tour	42.750,00	43.082,34	0,00	0,00	43.082,34	-332,34
OPERATIONAL COSTS	0,00	808,87	416,99	-338,99	886,87	-886,87
Bank charges	0,00	808,87	416,99	-338,99	886,87	-886,87
TOTAL	650.000,00	335.741,28	282.610,51	19.561,27	637.913,06	12.086,94

8. Comentários adicionais e partes interessadas envolvidas na elaboração do documento

(Até à data do envio – 30 de Junho de 2016, ainda não recebemos os comentários adicionais e esperamos considerá-los após sua recepção)

9. Detalhes da associação do grupo composto pelas diversas partes envolvidas durante o período

Foram realizados no ano 2015 quatro encontros ordinários e dois extraordinários. A tabela abaixo retrata a participação dos membros do comité de coordenação nos encontros marcados para discutir assuntos relacionados com a implementação da ITIE em Moçambique.

Descrição	Data	Participação dos membros do CC							
		Chair	Gov.	Co.	OSC.	Obsv.	Secret.	Conv.	Total
Reunião 1 (Ordinária)	16.03.15	0	5	4	4	4	3	0	20
Reunião 2 (Extraordinária)	19.03.15	0	4	0	3	0	3	1	11
Reunião 3 (Ordinária)	08.06.15	0	4	4	4	1	3	1	17
Reunião 4 (Extraordinária)	10.06.15	0	3	4	2	0	2	0	11
Reunião 5 Ordinária	20.11.15	1	4	2	4	1	0	5	15
Reunião 6 (Ordinária)	10.12.15	0	4	2	2	0	2	3	15

Do ponto de vista de participação dos membros do comité de coordenação nos encontros, nota-se uma participação média 11 por encontro, ou seja, cerca de 80% de média de presenças nos encontros realizados no período. Apenas num encontro extraordinário do dia 19 de Março de 2015 não se verificou o quórum mínimo necessário para validar as deliberações ou aprovações.

a) Reunião 1

Estiveram presentes na reunião, os senhores: Custódio Nguetana, Luis Mahoque, Ângelo Nhalidade, Fausto Mafambissa, Vilela de Sousa, Maria João Hunguana, Xiluva Matavele, Gert Klok, Lourenço Manganhela, Fernando Songane, Fatima Mimbire, Fernando Menete, Mário Deus, Eduardo Constantino (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa, Hélder Sindique e Alice Tibana (membros do Secretariado da ITIEM).

Agenda do encontro:

1. Apreciação do 5º relatório da ITIEM;
2. Relatório anual de actividades de 2014;
3. Plano de acção 2015

Pontos discutidos:

Sobre a apreciação do 5º relatório, foi verificado pelos membros do comité de coordenação se a última versão do relatório apresentado pelos consultores reunia consensos, ou seja, se este documento continha já as recomendações e propostas dos membros do comité de coordenação (CC) da última reunião do colectivo que ditou a aprovação daquele mesmo documento. Foi constatado pelos membros CC que em termos quantitativos este quinto relatório estava bastante melhor se comparado aos processos anteriores. Foi acordado pelos membros a revisão da versão actual do relatório da ITIE pelo consultor com a incorporação de todos comentários daquela reunião e os anteriores enviados por email pelos membros do CC.

Sobre o relatório anual de actividades os membros do CC concordaram em adiar a apresentação e aprovação discussão deste ponto para a sessão do retiro do CC a decorrer no mês de Junho. Tendo ainda se decidido que os membros deviam tecer os seus comentários e propostas de melhoramento do documento electronicamente antes daquele encontro.

Em relação a discussão do plano de acção, falou-se da inclusão de novas actividades como foi o caso dos cursos de capacitação dos membros afectos ao secretariado (mestrados, cursos de inglês e cursos de secretariado e protocolo) financiados pelo Banco Mundial ao secretariado através do projecto MAGTAP, das actividades de disseminação da ITIE junto aos Governos provinciais e distritais e igualmente sobre a consultoria para institucionalização da ITIEM e bem como da criação de uma plataforma para o e-reporting (relatório electrónico). O documento foi aprovado pelo CC mas com recomendação de revisão das datas entre a realização de um actividade e outra, dos custos com as replicas dos seminários referindo que os valores propostos eram um tanto elevados.

b) Reunião 2

Estiveram presentes no encontro, os senhores: Custódio Nguetana, Ângelo Nhalidede, Finório Castigo, Vilela de Sousa, Fernando Songane, Fatima Mimbire, Camilo Nhancale Mário Deus, Anabela Massingue, Eduardo Constantino (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa e Hélder Sindique (membros do Secretariado da ITIEM) e como convidados a senhora Lyldia Kilpi (Secretariado Internacional da ITIE).

Agenda do encontro:

1. Auto-avaliação do Relatório de 2012;
2. Novo Padrão – Ideias para Moçambique

Pontos discutidos:

O encontro teve como propósito de colher do secretariado internacional a opinião sobre a implementação do novo Padrão da ITIE por Moçambique, e ao mesmo tempo colher subsídios para melhorar a implementação da iniciativa em Moçambique.

Sobre a auto-avaliação do relatório ITIE, os membros do CC concordaram que houve um grande esforço do consultor em incorporar todas as recomendações deixadas pelos membros do comité. O secretariado internacional recomendou ao CC a ir mais fundo e fazer um check-list para ver se este documento respondia aos requisitos todos do novo padrão.

Sobre o novo padrão foi referido que Moçambique estava num bom caminho na implementação do novo padrão ITIE e que o mesmo constituía um grande desafio para todos países ITIE por ele exigir mais informação e conseqüentemente mais esforço na preparação dos relatórios.

Esta reunião foi meramente informativa e de aprendizagem e nenhuma decisão foi tomada por não estarem representados os membros das empresas no encontro.

c) Reunião 3

Estiveram presentes no encontro, os senhores: Custódio Nguetana, Luís Mahoque, Ângelo Nhalidade, Vilela de Sousa, Maria Hunguana, Eurico de Azevedo, Hilénio Truzão, Gareth Clifton, Fatima Mimbire, Camilo Nhancale, Fernando Menete, Mário Deus (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa, Hélder Sindique e Alice Tibana (membros do Secretariado da ITIE) e como convidado o senhor Pedro Silva do Giz.

Agenda do encontro:

1. Apreciação e aprovação da acta da sessão anterior;
2. Processo de selecção do consultor para o 6º relatório ITIE;
3. Apreciação e aprovação do relatório anual de 2014;
4. Apreciação e aprovação do plano de actividades 2016-2018;

Pontos discutidos

O CC aprovou, por unanimidade a acta da sessão anterior do comité de coordenação.

Em relação ao processo de selecção do consultor para produzir o 6º relatório ITIE, foi explicado pelo secretariado da ITIE o processo todo de procurement que culminou com selecção da empresa Intellica. Os membros concordaram que como forma de salvaguardar a integridade dos membros do Secretariado no processo de selecção de consultores, a equipa de avaliação devia ser constituída por membros do CC e o secretariado da ITIE devia apenas participar na condução do processo-procurement. Foi homologado a empresa Intellica como vencedor do concurso para produção do 6º Relatório ITIEM e ainda decidido que a empresa não podia participar não podia participar na produção do relatório que se segue por já ter participado na elaboração de três relatórios consecutivos.

No que concerne ao relatório anual de actividades 2014 foi aprovado o documento, com a recomendação de se fazer uma última revisão linguística do mesmo documento.

Os membros presentes no encontro concordaram que o ponto sobre aprovação do plano de actividades 2016-2018 fosse discutido numa outra sessão, uma vez que já não havia muito tempo para o efeito. Neste contexto foi acordada a data de 11 de Junho para o efeito.

d) Reunião 4

Estiveram presentes no encontro, os senhores: Luís Mahoque, Ângelo Nhalidede, Vilela de Sousa, Maria Hunguana, Xiluva Matavele, Eurico de Azevedo, Hilénio Truzão, Fernando Songane, Fatima Mimbire, Fernando Menete (membros do Comité de Coordenação da ITIEM), Milagre Langa, Hélder Sindique e Alice Tibana (Secretariado da ITIE).

Agenda:

1. Apreciação e aprovação do plano de actividades 2016-2018

Pontos discutidos

Foi apresentado pelo secretariado da ITIEM a justificativa que norteou o plano de actividades trienal da ITIEM, como sendo o facto de no final do ano de 2015 terminar o plano de trabalho que cobre o período 2013-2015, surgindo assim a necessidade do comité de coordenação da ITIEM desenhar os objetivos e actividades que guiarão a iniciativa pelo próximo período: 2016 -2018. Falou-se que a preparação do plano foi acompanhada de plena discussão entre os membros do CC da ITIEM que estiveram presentes no retiro em Namaacha com vista a trazer-se um plano não somente implementável, mas também desafiador para consolidação da boa governação no sector de recursos extractivos em Moçambique.

No final os membros presentes aprovaram o documento com a recomendação da revisão linguística da fundamentação do plano de trabalho e da versão do documento em excel.

e) Reunião 5

Estiveram presentes no encontro, os senhores: Sexa Pedro Couto, Custódio Nguetana, Luis Mahoque, Finório Castigo, Vilela de Sousa, Hilenio Truzão Xiluva Matavele, Alda Salomão, Fatima Mimbire, Gilda Homo, Estevão Sumburane (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa, Hélder Sindique e Alice Tibana.

Agenda do encontro:

1. Apresentação dos membros do comité de coordenação da ITIE e do secretariado;
2. Apresentação e discussão do draft do sexto relatório da ITIE;

Pontos discutidos

Por se tratar do primeiro encontro do comité de coordenação com o ministro dos recursos minerais e energia, foi feita a devida apresentação dos membros.

Sobre a discussão d versão draft do 6º relatório foi decidido que devia ser efectuado pelo consultorm a revisão linguística e metodológica daquela versão do relatório.

Foi decidido sobre o envio do draft do 6º relatório a todas instituições envolvidas (ENH, INP, AT, Direcção de Minas, etc) para dar subsídios e actualizar a informação contextual do relatório.

Foi recomendado que o consultor e o CC a envidarem esforços no sentido de todas as empresas arroladas para fornecer informação no âmbito do 6º relatório o fizessem antes da publicação em 31 de Dezembro de 2015.

f) Reunião 6

Estiveram presentes no encontro os senhores: Custódio Nguetana, Luis Mahoque, Ângelo Nhalidade, Vilela de Sousa, Eurico de Azevedo, Hilenio Truzão, Camilo Nhancale e Fernando Menete (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa e Hélder Sindique (Secretariado da ITIEM) e como convidados Válerio Bie, Eugénio Simbine e Carlos Natividade da empresa Intellica.

Agenda:

1. Ponto de situação e aprovação do 6º relatório ITIE

Pontos discutidos

Foi referida sobre a dificuldade de se aceder a informação sobre os dados sobre tarifas e receitas arrecadadas pelo transporte do gás e carvão à Matola Gás Company (MGC) e aos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) respectivamente. Foi comentado sobre a necessidade de se aprofundar mais o ponto sobre a contextualização do sector extractivo para auferir a actualidade e solicitar mais informação sobre as rondas de negociação das bacias localizadas no Rovuma, tendo-se recomendado ao consultor a contactar a administração do Instituto Nacional de Petróleo ou mesmo ao senhor Benjamim Chilenge, assessor do Ministro dos Recursos Minerais e Energia por ser alguém que tem estado directamente envolvido nas questões de negociação.

Falou-se da necessidade de inclusão na versão final do 6º Relatório, do ponto de situação das recomendações dos relatórios anteriores.

Os membros do comité de coordenação ali presentes concordaram igualmente a enviar até ao dia 21 de Dezembro quaisquer comentários adicionais àquela versão a ser enviada e ainda propuseram caso, fosse oportuno, um ultimo encontro do CC para os devidos efeitos.

No final do encontro foi decidido que os membros deviam homologar a versão final do relatório, quer fisicamente num possível encontro, quer por email, até ao dia 21

de Dezembro de 2015, uma vez entender que no período subsequente já grande parte dos colegas encontrarem-se em gozo de licença anual.

O Comité de Coordenação